

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS¹

Matheus Da Silva Van Der Ham², Enio Waldir Da Silva³.

¹ Projeto de Iniciação Científica

² Bolsista PIBIC/UNIJUI

³ Orientador do Projeto de Pesquisa - Direitos Humanos na Escola e na Educação Popular - UNIJUI

1. Introdução

A escola certamente é um dos ambientes mais importantes na vida de todas as pessoas, é lá que crescemos, fazemos nossos primeiros amigos e aprendemos valores que levamos para vida toda. Mas ela pode melhorar. Como instituição social também carrega consigo os problemas das vivências e convivências. Com uma educação em direitos humanos, abre-se espaço para quem antes não tinha voz. Estamos falando de respeito, tolerância. E enquanto o tempo passa, só fica mais evidente que uma educação em direitos humanos é necessária.

Este trabalho pretende reafirmar a importância de uma educação em direitos humanos. Pode ser um desafio, mas os benefícios sociais que a escola pode trazer para sociedade são permanentes.

2. Metodologia

Este trabalho encontra-se na fase de pesquisa bibliográfica, as ideias escritas aqui são baseadas nas leituras de diversos artigos e livros no decorrer do ano. Nosso objeto é estudar as possibilidades de aplicabilidade da educação em direitos humanos nas escolas, a partir do ponto de vista dos educadores que escreveram e dos que estão atuando nas escolas. Nosso próximo passo será a pesquisa de campo, onde pretendemos ir as escolas e aplicar a metodologia de pesquisa-ação participante com professores, observar, e coletar dados relacionados ao tema.

3. Resultados e Discussão

A partir do momento que passamos a pensar em uma escola com educação em direitos humanos, estamos nos referindo a todos os atores que ali estão envolvidos: os funcionários, os professores, diretores e todos os alunos. Sabemos que há ainda outros envolvidos, como as famílias e governantes, mas certamente os que estão nas escolas traduzem as influências deste outros lugares no processo de vivência escolar.

Um dos papéis dos direitos humano é dar a palavra a quem nunca foi ouvido, ser a voz das minorias, dos que sofrem silenciosamente diante das relações sociais que vive. Em um lugar onde as diversas pessoas se reúnem diariamente, é muito comum que, por conta de gostos e desejos pessoais, ou, muitas vezes, do simples acaso, determinados grupos de estudantes passem a andar juntos e excluam outros. Muitos não conseguem se sentir parte do ambiente escolar, diferenciar os ambientes escolares de outros que costuma estar. Se não tivermos uma educação que consiga dialogar com todos os estudantes, é provável que sempre vai ter aquele que não se encaixa em nenhum grupo, é diferente, sozinho, vulnerável, o que pode se tornar um alvo perfeito para os praticantes da mais frequentes das violências como bullying, a xenofobia, homofobia, racismo. Etc. Os professores e diretores, por um lado, devido as formas de como as escolas estão organizadas em suas atividades acadêmicas não conseguem atender estas demandas que vem do ambiente escolar e,

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

por outro, muitas vezes não estão de fato preparados para atender as reais demandas dos alunos, que vão muito além das ciências diariamente abordadas. O aluno é omissivo em contribuir para a criação de uma vida escolar pacífica percebemos que é necessário uma formação em direitos humanos nas escolas, tanto para professores como nos currículos escolares. Além de constar nos currículos de alunos e na formação dos professores os direitos humanos deveriam ser vivenciados no cotidiano escolar, inclusive nas normas, estatutos e regimentos da escola. Todos os alunos, ao ingressarem na escola, deveriam conhecer os princípios e ordem que prevalece nesta diferenciada instituição. Os próprios pais deveriam optar por uma escola onde os princípios da dignidade, da responsabilidade, do respeito ao igual e ao diferente. Dentro da escola, os professores e diretores são as autoridades máximas e autônomas que fazem a ordem ter validade e legitimidade. A pulsão do civismo da ordem partilhada logo faz a diferença que marca o caráter da escola.

Nesse aspecto, sobre a formação dos professores, diz Ens, Ribas e Donato (2014), que devem existir os meios para qualificação, que deve estar aberto para a mudança, "[...] precisamos de docentes formados para despertar a consciência crítica em nossos estudantes, só assim a educação será o meio para assegurar os demais direitos." (p. 129). Mas infelizmente o docente não está incluso como deveria nas discussões a cerca da sociedade para se inteirar de toda natureza social a sua volta, a percepção do potencial da escola e assim poder ultrapassar os limites burocráticos que atualmente as instituições lhe proporcionam. Sobre a formação de professores, Fernandes e Casari explicam "para que haja, de fato, a formação de professores em direitos humanos, é preciso que estes sejam percebidos como profissionais mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural e social." Um professor não existe apenas dentro da sala de aula, e este é o desafio.

Não estamos falando da má vontade que cercam o grupo, dos baixos salários, da estima fragilizada e da desorganização que marca a classe dos professores, pois embora existam sindicatos e associações que os represente, falta um movimento social mais universal que carregue a identidade e o caráter de profissional e de ofícios desta que é uma das mais belas e importantes funções sociais. Eles estão a mercê de políticas circunstanciada que o sufoca em sua dignidade. Sem esta, tem dificuldades de ensinar seus alunos. Muitos metem-se a opinar no que o professor deve fazer e ele não levanta a voz para mostrar o que é e que faz, pois nunca ensinou seus alunos a serem criminosos e violentos, no entanto, a sociedade está repleta destes e com altos diplomas. Há então outros lugares que influenciam mais na educação das pessoas do que as escolas ou estas estão muito fracas, mas certamente não são as culpadas pelas mentalidades corruptas, dominadoras, opressoras que espalham dor e sofrimentos pela sociedade.

O professor pode sintetizar em si os princípios do reconhecimento e da dignidade inseridas nas lutas do movimento de direitos humanos, patrimônio comum da humanidade. Ele pode ser o principal responsável pela aproximação dos estudantes, fazer todos se sentirem parte da escola, todos se sentirem vivos, todos se sentirem alguém. Uma sala de aula que conta com diversas violências, vezes que nem o professor é respeitado, quem dirá o colega ao lado, tem essa missão. Dias (2015) diz que a escola toda deverá ser reformulada:

"no planejamento de ensino, a ênfase da educação em direitos humanos precisa levar em consideração conteúdos e atividades que visem desenvolver nas crianças e adolescentes atitudes, condutas e ações que fortaleçam comportamento cooperativos, dialógicos e participativos." (p.6)

Certamente, a interação pacífica e respeitosa entre os estudantes é algo que deve ser motivado pela escola desde cedo, seja aplicando atividades onde exigem trabalhos em grupos, ou simplesmente

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

dando espaços para os alunos se manifestarem para gerar entendimentos e argumentos que diga mais sobre suas necessidades, deveres e direitos. Os conflitos devem ser resolvidos através do diálogo, onde o professor tendo o papel de mediador, controle a situação da maneira adequada. Essas atividades devem estar presentes e serem estimuladas em todo o currículo escolar, pois tendo profissionais competentes, estaremos a fortalecer praticas de convivências e respeito a dignidade humana.

Quando a escola se organiza com base nos princípios da igualdade, do reconhecimento da diferença, da liberdade, da responsabilidade compartilhada e da dignidade da vida ela contribui muito para enraizar uma cultura de direitos humanos. No entanto, a escola não é uma ilha e seus atores - os professores - possuem uma visão aprofundada dos problemas para efetivar uma educação emancipadora nos atuais tempos que minam as pedagogias escolares e atingem as objetividades dos jovens que estudam. As promessas emancipatória implícitas nas teorias contemporâneas e os discursos dos professores não convencem os alunos que estão enraizados em conflitualidades, ansiedades de toda ordem e sem imagem de futuro. Ao mesmo tempo, estes professores, desejam e querem apontar caminhos que eles mesmos acreditam motivar racionalmente seus alunos (VAN DER HAM e SILVA, 2016).

Se o indivíduo criou consciência de ter direito a ser ele mesmo também percebeu de que assim também é o outro. Tudo começa com ele - o Eu - num processo que podemos chamar de unificação e individualização percebida como possível graças a existência do outro que também luta contra a violência, a mercantilização da vida, o estranhamento. O sujeito se afirma exatamente na percepção dos conflitos e ameaças em que ele e o outro resistem. É a consciência de si mesmo como sujeito, que não quer ser humilhado, desprotegido, desrespeitado, esquecido, incompreendido, silenciado. O conjunto destes sujeitos quando podem ir para os movimentos sociais lutar para fazer a transformação dos artificialismos a que estão inseridos nos últimos tempos.

O discurso da educação emancipatória precisa deslocar-se da sociedade estruturada por relações de classe, do Estado como o mecanismo de controle da sociedade e voltar-se para os atores sociais e movimentos sociais. Há um novo paradigma no ar, não mais o da formação da consciência e sim a do diálogo, da interação discursiva que podem levar a acordos provisórios sobre interesses que podem levar a uma melhor organização de luta, mas que não obriguem os indivíduos a ficarem amarrados a engajamentos a uma pátria, um partido ou a um dogma, pois o indivíduo fica num mesmo local apenas o tempo em que as afetividades, as solidariedades, as generosidades e as individualidades não sejam ofendidas ou ameaçadas. Se um movimento ou luta não respeitar estes elementos o sujeito foge, pois quer a liberdade de sair, assim como quer a liberdade de entrar para uma luta, um movimento.

Não se trata de uma visão negativa da educação política dos sujeitos, mas de mostrar que o conteúdo da ação política e da democracia tão defendida na educação emancipadora mudou. A arena é outra, mas igualmente importante.

Mas inda não podemos desistir das perguntas: como podemos encontrar a universalidade nestes interesses para formar o princípio democrático? Como a educação vai despertar este universalismo nas crianças e jovens ao ponto de promover as redes de motivações racionais que constroem as sociabilidades humanas?

O cerne da luta dos direitos humanos sempre foi contra à opressão e busca do bem-estar do indivíduo; conseqüentemente, suas "ideias-âncoras" são referentes à justiça, igualdade e liberdade,

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

cujo conteúdo impregna a vida social desde o surgimento das primeiras comunidades humanas. Dizem respeito a relações sociais dos indivíduos para estas não sejam marcada pelo desrespeito, a dor, o sofrimento e a crueldade.

Neste sentido, a luta "dos" direitos humanos é a luta "pelos" direitos humanos que se contrapõem a lógica capitalista que explora, oprime, divide e exclui indivíduos. Talvez por isso possamos dizer que Paulo Freire na sua proposta por educação emancipadora foi um dos primeiros educadores brasileiros a propor que a educação em direitos humanos que fosse a forma de educar em si, dialógica e crítica. Diz Freire: A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (1992).

A Escola cria ferramenta para pensar explicar a sociedade e as lutas pelas conquistas humanas da dignidade como um inexistente possível, um inédito viável e para criar um posicionamento do que é e do que não é bom para as vivências humanas. Todos já entendem a educação como um direito, falta entender que tipo de educação é pertinente hoje quando não se quer mais regulação ou integrar indivíduos ao Estado ou ao sistema.

A educação escolar deveria fazer um esforço mais significativo para entender a humanidade da vida do indivíduo como um esforço para recuperar o fundamento da educação ali processada, podendo revelar os muitos sujeitos que encarnamos e nos torna livres para construir novos sujeitos, como diz Edgar Morin (2003).

Se não vivemos sem o outro, é preciso que os cuidados com outro não nos faça subsumir, como se não tivéssemos vontade, inteligência, ideias de mundo, etc. Se a consciência não vem do nada é preciso criar processos em que as pessoas criem a confiança de se abrir para o outro sem que este o destrua em sua dimensão humana de diferencialidade, conhecer a unanimidade das diferenças entre os indivíduos entre si. Quando se nega a diferença se nega a humanidade.

Se não há como sustentar a diferença fora da humanidade, os direitos humanos, na posição de universais não homogeneizadores, precisam justamente reconhecer a existência de uma moralidade que impõe uma reciprocidade de comportamentos a todos os indivíduos e instituições como condição de possibilidade para serem freadas as diferenças que conduzem à desigualdade excludente ou, mesmo, à homogeneização que inviabiliza o aparecimento das diferenças comuns à humanidade do homem o que ele é em razão também de sua individualidade, mas desde que sejam susceptíveis de uma proteção universal (LUCAS, 2010).

As relações sociais educativas mediadas pela cultura dos direitos humanos é resultado de um rigoroso processo educativo baseados nos princípios emancipatórios: dignidade, liberdade, responsabilidade, liberdade, igualdade, diversidade e sustentabilidade.

A escola precisa ser forte para combater as misantropias humanas (as misérias econômicas, políticas, sociais e culturais), as violências sociais (explosão do lado demens dos indivíduos) e para fortalecer os laços sociais que asseguram a ordem e a boa vivência. A violação dos direitos humanos é um atestado que o lado demens está mais forte que o sapiens (MORIN, 2003).

Todos os sujeitos condenam aquilo que é intolerável e por isso os sujeitos reagem ao esmagamento do consumismo e a multidão solitária e buscam ideais. Estas ansiedades expressivas podem ser canalizadas para uma imagem de futuro que se quer e que precisa de preparação. Quem não tem

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

imagem do futuro e da estrada para lá chegar não se prepara para a caminhada e comporta de qualquer maneira, maltratando o outro como um sinal de desrespeito a si mesmo. As regras da escola, os processos pedagógicos, o rigor na aprendizagem indicam a autoridade compartilhada do professor que projeta um mundo. A interiorização disto tudo leva a forma uma cultura de vivência em paz e constrói um ambiente de dignidade e de mútuo reconhecimentos. É isso que se quer na luta pelos direitos humanos vivo e concreto, um modo de viver, um habitus impregnado nos sujeitos (SILVA, 2014).

4. Conclusão

Os variados estudos deixam bem claro isto ao defender um ensino humanista nas escolas, no entanto falham muito ao esquecerem que as instituições escolares estão influenciando muito pouco na estruturação da cultura de socialização que vivemos hoje na sociedade. Há, hoje, fontes formativas muito mais fortes que as escolas que as sufocam em seus objetivos de ensinar pelas ciências. É quase uma audácia abstrata querer que a escola seja a guardiã civilizatória das gerações, como propunham alguns iluministas. No entanto, elas não podem ficar cada vez mais fracas na mediação entre o passado e o futuro, entre a vida natural e a vida social dos indivíduos e os jovens estão se dando conta de que o futuro virá, queiram eles ou não e que os lugares sociais que esta sociedade lhes reserva não é nada amistoso. Percebem que não é com rezas que farão o futuro e que é preciso por em relevo temáticas importantes sobre como podem controlar as forças ordenadoras de uma sociedade para eles, longe da corrupção e da violência que marca a sociedade atual.

Vivemos um tempo em que as realidades sociais não estão mais permeadas pela defesa de criação e manutenção nas nações e sim por discursos menos institucionais expressando interesses de minorias que querem falar, serem ouvidas e entendidas. Trata-se de desejo de usar a gramática social - própria da língua dos cotidianos - recheadas de indignações e poucas esperanças. Estes discursos, lutas e movimentos são próprios do tempo dos direitos culturais, como diz Touraine:

"...trata-se os grupos definidos em termos de nação, etnia, religião que só tinham existência privada, adquirem agora uma existência pública às vezes suficientemente forte para questionar sua pertença à determinada sociedade nacional" (2010;169).

Isso implica em um contexto em que a educação escolar precisa perceber que o enfoque de abordagens das aprendizagens está no sujeito mais que no sistema, pois é a pessoa que está exposta a invasão do mundo das comunicações, do consumo e sofrendo os impactos das mudanças culturais. Por isso armam situações conflitos, violências, agressões e reivindicações dos mais variados interesses, pessoas que querem não mais o direito de ser como os outros, mas de ser outro, protegendo suas características, as diferenças e mostrando que cada um pode construir condições de vida, individual ou coletiva, sem perder seus traços de identidades particulares. Ou seja, trata-se da compreensão de não há mais uma cultura universal capaz de responder as exigências da vida civilizada e que os projetos educativos não podem mais se fazer com base em massificações e generalizações. Estamos permeados pelas perspectivas de livre escolha das condutas, liberdades de consciência e de manutenção de imagens do indivíduo particular que quer ter seu direito de ser sujeito, o direito de ser livremente si mesmo, mesmo que isso escancare os conflitos (Touraine, 2010).

O mundo das relações educativas escolares não deveria ser de dificuldades, dores, sofrimentos ou constrangimentos. Neste ambiente há as potencialidades para experimentar a concretização dos direitos humanos como uma forma de vivência e convivência, entremeados pelo saber pensar, saber

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

ser, saber compartilhar representações de mundo e, acima de tudo, saber dialogar para criar entendimentos sobre estar no mundo e sobre fazer acordos para vivermos juntos iguais e diferentes. Já é sabido o potencial educacional de uma escola, também sabemos que não é explorado o quanto deveria ser. São detalhes, interações, conversas, que podem tirar rancores e futuros preconceitos. Enquanto os desafios cada vez ficam maiores, a necessidade de se ter uma escola em direitos humanos também aumenta.

5. Palavras-chave

Professores; Educação; Dignidade Humana; Estudantes; Cidadania

6. Referências bibliográficas

FERNANDES, Angela; CASARI, Melina. Educação e Direitos Humanos: Desafios para a Escola Contemporânea. Campinas/SP. 2010.

FREIRE, PAULO. Pedagogia da Esperança. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

DIAS, Adelaide Alves. A Escola Como Espaço de Socialização da Cultura em Direitos Humanos. 2015. Artigo acessado em 11-2015 em www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh.

LUCAS, Douglas Cesar. Direitos Humanos e Interculturalidade: um diálogo entre a igualdade e a diferença. Coleção Direito, Política e Cidadania. Editora Unijuí. Ijuí/RS, 2010. (Livro – 312 Pág.)

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina – 8ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, Enio Waldir da. Estado, Cidadania e Sociedade Civil no Brasil – Por uma cultura de direitos humanos. Ijuí/RS: Ed. Uniu, 2014.

TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma – para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2010.

VAN DER HAM, Matheus e SILVA, Enio Waldir da. Cultura, Educação e Direitos Humanos. Ijuí/RS. Anais do 1º Congresso Nacional: jurisdição, democracia e direitos humanos. Abril, 2016. Acessível em www.unijui.edu.br/dcjs.